



# SERVIÇOS FINANCEIROS

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL** | Banco GMAC S.A.

*Demonstrações Financeiras*

**DEZ/2019**

	BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	3
	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	5
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL.....	8
1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2.	ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	8
3.	DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONSOLIDAÇÃO .....	9
4.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	11
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	15
6.	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	15
7.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	16
8.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	16
9.	OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS .....	19
10.	OUTROS VALORES E BENS.....	20
11.	PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS .....	20
12.	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO .....	20
13.	CAPTAÇÕES.....	21
14.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
15.	OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS .....	26
16.	OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS.....	26
17.	PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS .....	27
18.	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS .....	28
19.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
20.	RECEITAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	29
21.	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	29
22.	DESPESAS DE PESSOAL .....	29
23.	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	30
24.	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....	30
25.	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	30
26.	RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS .....	31
27.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS .....	31
28.	PARTES RELACIONADAS .....	31
29.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	32
30.	ÍNDICE DA BASILÉIA.....	33
	PARECER DE AUDITORIA.....	35

CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

 BALANÇOS PATRIMONIAIS  
 LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.922.001</b>	<b>8.499.822</b>
<b>Disponibilidades</b>	5	<b>59.236</b>	<b>67.212</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5/6a	<b>633.256</b>	<b>461.735</b>
Aplicações no mercado aberto		633.256	461.735
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	6b	<b>218.374</b>	<b>165.191</b>
Aplicação em cotas de fundos de investimentos		218.374	165.191
<b>Operações de crédito</b>	8	<b>7.937.169</b>	<b>6.863.718</b>
Operações de crédito - setor privado		7.340.033	6.205.629
Operações de crédito vinculadas a cessão		776.408	805.759
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(179.272)	(147.670)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(296)</b>	<b>(29)</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		38.206	40.971
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(38.206)	(40.793)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(296)	(207)
<b>Outros créditos</b>		<b>1.068.674</b>	<b>932.880</b>
Títulos e créditos a receber	8	517.173	534.154
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	8	(708)	(3.076)
Diversos	9	552.209	401.802
<b>Outros valores e bens</b>		<b>5.588</b>	<b>9.115</b>
Bens não de uso próprio	10a	2.922	2.939
Despesas antecipadas	10b	2.666	6.176
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.467.248</b>	<b>4.795.619</b>
<b>Operações de crédito</b>	8	<b>2.107.255</b>	<b>3.403.151</b>
Operações de crédito - Setor privado		2.057.618	2.881.299
Operações de crédito vinculadas a cessão		101.040	624.244
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(51.403)	(102.392)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(43)</b>	<b>(135)</b>
Operações de arrendamento a receber - Setor privado		5.501	20.221
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.501)	(20.133)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(43)	(223)
<b>Outros créditos</b>		<b>1.358.273</b>	<b>1.389.649</b>
Diversos	9	1.358.273	1.389.649
<b>Outros valores e bens</b>		<b>1.763</b>	<b>2.954</b>
Despesas antecipadas	10b	1.763	2.954
<b>PERMANENTE</b>		<b>209.443</b>	<b>182.254</b>
<b>Investimentos</b>		<b>147.556</b>	<b>113.693</b>
Participações em controladas no país	11	147.556	113.693
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>21.447</b>	<b>13.632</b>
Outras imobilizações de uso		31.342	22.242
(-) Depreciações acumuladas		(9.895)	(8.610)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	12	<b>40.440</b>	<b>54.929</b>
Bens arrendados		74.535	68.570
Insuficiência de depreciação		(16.988)	(4.886)
(-) Depreciações acumuladas		(17.107)	(8.755)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.598.692</b>	<b>13.477.695</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.679.999</b>	<b>6.975.360</b>
<b>Depósitos</b>	13	<b>5.488.138</b>	<b>4.692.676</b>
Depósitos interfinanceiros		2.609.853	2.405.452
Depósitos a prazo		2.878.285	2.287.224
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>	13	<b>585.064</b>	<b>590.624</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		585.064	590.624
<b>Outras obrigações</b>		<b>1.606.797</b>	<b>1.692.060</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11.397	12.780
Fiscais e previdenciárias	16	337.395	124.716
Diversas	15	1.258.005	1.554.564
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>3.226.399</b>	<b>4.072.314</b>
<b>Depósitos</b>	13	<b>376.237</b>	<b>945.776</b>
Depósitos a prazo		376.237	945.776
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>		<b>1.462.381</b>	<b>1.428.662</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		1.462.381	1.428.662
<b>Outras obrigações</b>		<b>1.387.781</b>	<b>1.697.876</b>
Fiscais e previdenciárias	16	882.429	975.741
Diversas	15	505.352	722.135
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>127.558</b>	<b>187.199</b>
Resultado de exercícios futuros	18	127.558	187.199
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.564.736</b>	<b>2.242.822</b>
<b>Capital</b>	19a	<b>2.117.609</b>	<b>1.864.713</b>
De domiciliados no país		2.117.609	1.864.713
<b>Reserva de lucros</b>	19b	<b>447.127</b>	<b>378.109</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.598.692</b>	<b>13.477.695</b>



## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre	2019	2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>858.446</b>	<b>1.744.158</b>	<b>1.772.592</b>
Operações de crédito	20	821.103	1.669.706	1.725.077
Operações de arrendamento mercantil		18.206	35.311	15.121
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6a/b	19.137	39.141	32.394
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(359.093)</b>	<b>(751.654)</b>	<b>(837.659)</b>
Operações de captações no mercado	13a	(203.788)	(415.966)	(434.121)
Operações de arrendamento mercantil		(15.756)	(29.907)	(11.727)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(55.254)	(129.705)	(179.739)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(84.295)	(176.076)	(212.072)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>499.353</b>	<b>992.504</b>	<b>934.933</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(232.217)</b>	<b>(399.683)</b>	<b>(302.580)</b>
Receitas de prestação de serviços	21	128.883	247.344	235.449
Rendas de tarifas bancárias	26	41.312	78.571	89.200
Despesa de Pessoal	22	(67.482)	(123.248)	(105.484)
Outras despesas administrativas	23	(287.866)	(512.047)	(432.455)
Despesas tributárias	27	(48.629)	(96.396)	(93.075)
Resultado de equivalência patrimonial	11	17.698	33.862	27.783
Outras receitas operacionais	24	38.607	69.146	72.526
Outras despesas operacionais	25	(54.740)	(96.915)	(96.524)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>267.136</b>	<b>592.821</b>	<b>632.353</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		901	2.301	1.477
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<b>268.037</b>	<b>595.122</b>	<b>633.830</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>5.200</b>	<b>(113.999)</b>	<b>(197.010)</b>
Provisão para imposto de renda corrente	14	(43.011)	(96.423)	(70.552)
Provisão para contribuição social corrente	14	(37.957)	(80.890)	(71.339)
Ativo fiscal diferido	14	86.168	63.314	(55.119)
Participações estatutárias no lucro		(11.800)	(20.233)	(31.234)
<b>LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS/SEMESTRES</b>		<b>261.437</b>	<b>460.890</b>	<b>405.586</b>
Atribuível a Controladora		261.437	460.890	405.586
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		R\$ 229,05	R\$ 403,79	R\$ 355,34
Total de ações - 1.141.400.925				



## CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo acumulados	Total do Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	Total
		Legal	Outras			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>1.688.282</b>	<b>104.933</b>	<b>176.431</b>	-	<b>1.969.646</b>	<b>1.969.646</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	405.586	405.586	405.586
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	20.279	252.897	(273.176)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(132.410)	(132.410)	(132.410)
Aumento de capital homologado pelo Banco Central (nota 19b)	176.431	-	(176.431)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>1.864.713</b>	<b>125.212</b>	<b>252.897</b>	-	<b>2.242.822</b>	<b>2.242.822</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	460.890	460.890	460.890
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	23.045	298.869	(321.914)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(138.976)	(138.976)	(138.976)
Aumento de capital homologado pelo Banco Central (nota 19b)	252.896	-	(252.896)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.117.609</b>	<b>148.257</b>	<b>298.870</b>	-	<b>2.564.736</b>	<b>2.564.736</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019</b>	<b>2.117.609</b>	<b>135.185</b>	<b>189.481</b>	-	<b>2.442.275</b>	<b>2.442.275</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	261.437	261.437	261.437
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	13.072	109.389	(122.461)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(138.976)	(138.976)	(138.976)
Aumento de capital homologado pelo Banco Central (nota 19b)	-	-	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.117.609</b>	<b>148.257</b>	<b>298.870</b>	-	<b>2.564.736</b>	<b>2.564.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>295.090</b>	<b>737.391</b>	<b>604.976</b>
Lucro Líquido do semestre / exercício		261.437	460.890	405.586
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		2.195	4.133	3.281
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		6.979	14.033	6.607
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	4f	5.119	12.102	4.603
Outras despesas de arrendamento		3.658	3.771	517
Resultado na alienação de Imobilizado		(157)	(412)	(124)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(17.698)	(33.862)	(27.784)
Resultado na Alienação de Bens Não de Uso		(1.115)	(2.573)	(1.789)
Provisão para operações de credito e de arrendamento de liquidação duvidosa	8	84.499	176.308	212.906
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	24	(16.444)	(33.752)	(36.225)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		(11.111)	(20.950)	(14.920)
Juros apropriados de Depósitos		47.289	169.917	141.409
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		44.396	110.103	52.993
Provisão (reversão) para contingências	17a	30.874	49.977	13.395
Resultados de Exercícios Futuros	18	(139.629)	(286.289)	(352.490)
Ativo fiscal diferido	14e	(86.170)	(63.318)	55.120
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	14b	80.968	177.313	141.891
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>		<b>82.861</b>	<b>(423.334)</b>	<b>(605.232)</b>
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(19.076)	(32.234)	(33.168)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(589.422)	46.313	(1.398.359)
(Aumento) Redução em Outros Créditos		299.911	114.683	(197.379)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		2.397	4.700	23.891
(Aumento) Redução em Bens não de Uso		(229)	2.589	1.389
Aumento (Redução) em Depósitos		916.861	56.006	803.857
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(422.627)	(81.945)	602.573
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(161.792)	(622.648)	(550.525)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		114.734	226.648	307.543
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(11.257)	(15.412)	(56.886)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(46.639)	(122.034)	(108.168)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais</b>		<b>377.951</b>	<b>314.057</b>	<b>(256)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Alienação de Imobilizado de Uso		1.404	2.448	(1.828)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(9.259)	(13.984)	(2.482)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(7.855)</b>	<b>(11.536)</b>	<b>(4.310)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(138.976)	(138.976)	(132.410)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(138.976)</b>	<b>(138.976)</b>	<b>(132.410)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres</b>		<b>461.372</b>	<b>528.947</b>	<b>665.923</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres</b>		<b>692.492</b>	<b>692.492</b>	<b>528.947</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial GMAC, que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco GMAC S.A. (“Banco”), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios GMAC (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”). A entidade líder do Conglomerado é o Banco GMAC S.A.

As atividades operacionais do Banco e da Administradora são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC (“Grupo”), as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos. O FIDC não compartilha desta estrutura.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do BACEN. As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requeridos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de forma combinada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objetivo social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a VI. Assim, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

- Banco GMAC S.A.
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Banco GMAC Financiamento a Concessionários
- GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 06 de março de 2020.





### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Banco prepara e divulga as demonstrações financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades e todos os valores são arredondados para (R\$ mil) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

#### Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco. O controle é obtido quando o Banco:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.



A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e das subsidiárias do Banco é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

Banco GMAC S.A.

O Banco é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil, suas atividades operacionais consistem principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. tem como atividade a administração de grupos de consórcios, formado para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.



O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 489, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de janeiro de 2011, alterações posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

##### a) Apuração de resultado

Banco GMAC S.A.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata temporis” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

GMAC Administradora de Consórcios LTDA.

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de Prestação de Serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcios são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

##### b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.



As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 12.102 (R\$ 4.603 em 2018), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação acumulada no montante de R\$ 16.988 (R\$ 4.886 em 2018), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 12), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 mil ao semestre).

A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% para Banco GMAC e 9% para a GMAC Administradora de Consórcios sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Frisamos que a lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2019, para o Banco. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, performamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário de dezembro de 2019 e que será realizado a partir de março de 2020.



## k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

## l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

## m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes e (v) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	59.236	67.212
Aplicações em operações Compromissadas - NTN (nota 6a)	633.256	461.735
Total	<u>692.492</u>	<u>528.947</u>

## 6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 31 de dezembro de 2019 apresentavam o montante de R\$ 633.256 (R\$461.735 em 2018), e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional – (NTN) em 2019. No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 31.187 (R\$25.868 em 2018).

<u>Aplicação Interfinanceira de Liquidez</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações de Mercado Aberto – NTN, LFT, LTN (nota 5)	<u>633.256</u>	<u>461.735</u>
Total	<u>633.256</u>	<u>461.735</u>



- b) As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2019, apresentavam montantes de R\$ 218.374 (R\$165.191 em 2018) e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos. No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 7.954 (R\$ 6.526 em 2018).

	2019	2018
Títulos e Valores Mobiliários	218.374	165.191
Total	218.374	165.191

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

- a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

<u>Operações de Crédito</u>	2019	2018
Empréstimos	13.349	11.098
Financiamentos	9.384.303	9.075.831
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	877.447	1.430.003
Operações de arrendamento mercantil	40.043	54.956
<u>Outros Créditos:</u>		
Títulos e créditos a receber (i)	517.173	534.154
Total	10.832.315	11.106.042

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

- b) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	6.952.151	64,1%	6.835.093	61,5%
Outros Serviços	961.504	8,9%	1.964.578	17,7%
Comércio	2.910.476	26,9%	2.298.511	20,7%
Indústria	8.184	0,1%	7.860	0,1%
Total	10.832.315	100,0%	11.106.042	100,0%





## c) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

<u>Operações de Arrendamento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrendamentos a receber	43.707	61.192
Rendas a apropriar	(43.707)	(60.926)
Valores residuais a apropriar	373	514
Valores residuais a balancear	(373)	(514)
Imobilizado de arrendamento (nota 12)	40.440	54.929
Valor residual antecipado (nota 15)	(397)	(239)
Valor presente dos contratos (nota 8a)	<u>40.043</u>	<u>54.956</u>

## d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	55.160	0,5%	68.223	0,6%
De 61 a 180 dias	21.772	0,2%	26.961	0,3%
De 181 a 360 dias	9.976	0,1%	13.408	0,1%
	<u>86.908</u>	<u>0,8%</u>	<u>108.592</u>	<u>1 %</u>
Parcelas a vencer:				
Ate 180 dias	5.236.795	48,3%	5.787.656	52,1%
De 181 a 360 dias	1.653.416	15,3%	1.677.793	15,1%
Acima de 360 dias	3.855.196	35,6%	3.532.001	31,8%
	<u>10.745.407</u>	<u>99,2%</u>	<u>10.997.450</u>	<u>99,0%</u>
Total	<u>10.832.315</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.106.042</u>	<u>100%</u>

## e) Concentração do risco de crédito

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>
Maior devedor	347.689	3,2%	406.280	3,7%
9 devedores seguintes	677.858	6,3%	717.089	6,5%
50 devedores seguintes	1.200.772	11,1%	1.288.218	11,6%
100 devedores seguintes	973.086	9,0%	1.125.296	10,1%
Demais devedores	7.632.910	70,4%	7.569.159	68,1%
Total	<u>10.832.315</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.106.042</u>	<u>100%</u>

## f) Composição da carteira por indexadores

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>	<u>Carteira</u>	<u>Distribuição</u>
Pré-fixado	7.567.524	69,9%	7.431.566	66,9%
Pós-fixado	3.264.791	30,1%	3.674.476	33,1%
Total	<u>10.832.315</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.106.042</u>	<u>100,0%</u>



g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos	Total
Saldo no início do exercício	235.463	18.105	253.568
Constituição/(Reversão) de provisões	180.747	(4.671)	176.076
Baixas	(197.922)	-	(197.922)
Saldo no fim do exercício	218.288	13.434	231.722

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, cessão de recebíveis, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2019		2018	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	466.644	-	120.515	-
A	0,5%	7.714.706	38.574	8.002.991	40.015
B	1,0%	1.101.475	11.015	986.668	9.867
C	3,0%	1.177.143	35.314	1.638.442	49.153
D	10,0%	186.009	18.601	166.938	16.694
E	30,0%	56.910	17.073	48.233	14.470
F	50,0%	25.278	12.639	26.156	13.078
G	70,0%	18.814	13.170	19.357	13.549
H	100,0%	85.336	85.336	96.742	96.742
Total		10.832.315	231.722	11.106.042	253.568

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$ 59.563(R\$60.666 em 2018), contabilizado na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2019, existiam contratos renegociados no montante de R\$3.012 (R\$3.766 em 2018).

j) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 4b.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$ 743.850 (R\$1.109.846 em 2018), tendo apropriado despesas no montante de R\$ 100.912 (R\$156.857 em 2018). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2024.



O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de “Operações de crédito”, em 31 de dezembro de 2019, consta o montante de R\$ 877.447 (R\$1.430.003 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de “Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros” (nota 15) no montante de R\$ 984.864 (R\$1.564.807 em 2018). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$ 8.295 (R\$ 12.141 em 2018) registrada na rubrica “provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

## k) Composição da PCLD – Carteira Cedida

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos	
		Total de operações	Provisão constituída
AA	-	42	-
A	0,5%	772.333	3.862
B	1,0%	27.789	278
C	3,0%	62.008	1.860
D	10,0%	12.402	1.240
E	30,0%	2.393	718
F	50,0%	286	143
G	70,0%	-	-
H	100,0%	194	194
Total		877.447	8.295

## 9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2019	2018
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 14c)	820.741	720.287
Depósitos judiciais (i) (nota 17b)	1.028.178	1.001.030
Devedores diversos - país (ii)	25.403	31.592
Impostos a recuperar (iii)	8.619	8
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 28e) (iv)	25.327	35.738
Outros	2.214	2.796
Total	1.910.482	1.791.451
Ativo circulante	552.209	401.802
Realizável a longo prazo	1.358.273	1.389.649

- (i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” (nota 16) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 17). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 24 e 25, respectivamente).
- (ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 24.985 (R\$26.428 em 2018).



- (iii) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 8.619 (R\$ 12.991 em 2018).
- (iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$ 22.516 (R\$ 31.884 em 2018). Adicionalmente, estão registrados como valores a receber de ligadas despesas com pessoal no valor de R\$ 4.140 (R\$ 5.285 em 2018).

## 10. OUTROS VALORES E BENS

### a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$ 2.922 (R\$2.939 em 2018).

### b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em “Outros valores e bens” referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução CMN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de despesas antecipadas montava R\$ 4.429 (R\$9.129 em 2018), e foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$ 9.129 (R\$ 33.020 em 2018), na rubrica “Outras Despesas Administrativas”.

## 11. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2019	2018
	GMACI	GMACI
	Corretora de Seguros LTDA	Corretora de Seguros LTDA
Dados da controlada:		
Patrimônio Líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	113.694	85.910
Lucro do exercício	33.862	27.783
Participação no capital	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:		
No início do exercício	113.694	85.910
Resultado de equivalência patrimonial	<u>33.862</u>	<u>27.783</u>
<b>No final do exercício</b>	<b><u>147.556</u></b>	<b><u>113.693</u></b>

## 12. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

Taxa de

2019



	depreciação (i)		2018
Veículos	20,0% a.a.	74.535	68.570
Perdas em Arrendamento a amortizar		-	-
Total de bens arrendados		74.535	68.570
Superveniência de depreciação		(16.988)	(4.886)
Depreciação acumulada		(17.107)	(8.755)
Imobilizado de arrendamento (nota 8c)		40.440	54.929

i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84

### 13. CAPTAÇÕES

	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	2.609.853	2.405.452
Depósitos a prazo	3.254.522	3.233.000
Letras financeiras	2.047.445	2.019.286
Total	7.911.820	7.657.738
Passivo circulante	6.073.202	5.283.300
Exigível a longo prazo	1.838.618	2.374.438

São representados por Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2023, sujeitos a encargos financeiros variáveis entre 4,76% e 14,49% ao ano no montante de R\$ 2.322.748 (R\$ 2.333.913 em 2018) e captações pós fixadas atreladas a percentual da variação do DI ou da SELIC, negociadas entre 95% e 119,0%, no montante de R\$ 5.589.072 (R\$ 5.323.825 em 2018).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2019	2018
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	100.124	171.803
Certificado de Depósito Bancário - CDB	178.346	140.155
Letras financeiras	133.203	118.683
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	4.293	3.480
Total	415.966	434.121

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

## a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes da tributação</b>	<b>595.122</b>	<b>595.122</b>	<b>633.830</b>	<b>633.830</b>
Aliquotas utilizadas para o cálculo	25%	15%	25%	20%
<b>Despesa de acordo com as alíquotas</b>	<b>(148.781)</b>	<b>(89.268)</b>	<b>(158.457)</b>	<b>(126.766)</b>
<b>Efeito de IRPJ e CSLL sobre ajustes permanentes</b>				
Participação no Lucro	5.059	3.035	7.809	6.247
Juros sobre o capital próprio	34.744	20.846	33.103	26.482
Resultado de equivalência patrimonial	8.466	5.079	6.946	5.557
(-) Expurgo das Operações em controladas	-	-	-	-
(-) Efeito do imposto sobre o resultado do FIDC	-	-	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	(3.025)	(1.560)	(1.594)	(1.130)
Diferença de alíquota da CSLL para o exercício (iv)	-	1.620	-	10.692
<b>Total IR e CS sobre despesas permanentes</b>	<b>45.244</b>	<b>29.020</b>	<b>46.264</b>	<b>47.848</b>
Incentivos Fiscais (i)	7.115	-	5.051	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	(3.121)	(1.100)	9	10
Ajuste de imposto diferido exercício anterior	(12)	(5)	(13)	(10)
Ajuste prejuízo fiscal (iii)	(675)	-	5	-
Ajuste da majoração de 5% da CSLL	-	47.537	-	(10.830)
Baixa na Parte B da CSLL	-	-	106	(273)
Ajuste de principal de contingência de IR/CS	-	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-
Adicional do imposto de renda	48	-	48	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(100.182)</b>	<b>(13.817)</b>	<b>(106.989)</b>	<b>(90.021)</b>
	<b>(113.999)</b>		<b>(197.010)</b>	

- (i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 1.940 (R\$ 1.381 em 2018) referem-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589.
- (ii) O ajuste refere-se a provisão do auto de infração referente ao ano calendário 2014.
- (iii) O ajuste refere-se a provisão do auto de infração referente ao ano calendário 2014 sobre o prejuízo fiscal.
- (iv) Refere-se ao fato de que a alíquota de CSLL para GMAC Administradora de Consórcio é de 9%.



## b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos no exercício	(93.302)	(79.790)	(70.561)	(71.349)
IR e CS correntes exercício anterior	(3.121)	(1.100)	9	10
<b>Constituição/Reversão de impostos diferidos</b>	<b>(3.759)</b>	<b>67.073</b>	<b>(36.437)</b>	<b>(18.682)</b>
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(43.730)	(1.328)	(32.422)	(2.794)
Provisão para operação de crédito	32.973	47.102	(7.819)	(15.004)
Provisões para riscos fiscais	7.459	46.055	9.132	(211)
Provisões de valores a devolver para consorciados	-	-	-	-
Provisões para comissão	5.551	1.998	1.326	476
Outras adições temporárias	(1.636)	2.307	(961)	(2.146)
Correção de Depósitos Judiciais	(7.401)	(29.061)	(6.844)	997
Insuficiência/Superveniência de Depreciação	3.025	-	1.151	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(100.182)</b>	<b>(13.817)</b>	<b>(106.989)</b>	<b>(90.021)</b>
	<b>(113.999)</b>		<b>(197.010)</b>	

## c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos Fiscais e base negativa de CSLL	129.417	9.559	172.473	10.888
<b>Adições temporárias:</b>				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	136.590	109.272	103.617	62.170
Provisão para riscos fiscais	211.068	167.382	203.608	121.325
Insuficiência/Superveniência de Depreciação	4.247	-	1.222	-
Provisões para comissões	13.321	4.796	7.771	2.796
Outras Adições Temporárias (i)	20.043	15.046	21.679	12.738
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>514.686</b>	<b>306.055</b>	<b>510.370</b>	<b>209.917</b>
	<b>820.741</b>		<b>720.287</b>	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.



- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

<u>Ano</u>	<u>IR</u>		<u>CS</u>		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Presente</u>
	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
2020	133.758	17.511	99.391	2.618	253.278	242.766
2021	202.265	93.692	158.590	335	454.882	416.230
2022	36.445	3.606	28.780	1.298	70.129	60.589
2023	5.682	6.472	4.188	2.330	18.672	15.112
2024	1.373	8.136	952	2.978	13.439	10.142
2025	632	-	506	-	1.138	799
2026	590	-	472	-	1.062	693
2027	716	-	572	-	1.288	782
2028	2.269	-	1.816	-	4.085	2.306
2029	1.539	-	1.229	-	2.768	1.449
Total	385.269	129.417	296.496	9.559	820.741	750.868

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 750.869 (R\$624.854 em 2018), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.





e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<b><u>Créditos tributários:</u></b>	<b><u>31/12/2018</u></b>	<b><u>Constituições (Realizações) Líquidas</u></b>	<b><u>31/12/2019</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>			
Provisões para riscos fiscais	324.933	53.516	378.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165.787	80.075	245.862
Provisões para riscos cíveis	1.530	(173)	1.357
Insuficiência de Depreciação	1.222	3.025	4.247
Provisões para comissões	10.568	7.549	18.117
Outras adições temporárias (i)	32.887	845	33.732
<b>Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b><u>536.927</u></b>	<b><u>144.838</u></b>	<b><u>681.765</u></b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	172.473	(43.056)	129.417
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	10.888	(1.329)	9.559
<b>Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas</b>	<b><u>183.361</u></b>	<b><u>(44.385)</u></b>	<b><u>138.977</u></b>
<b>Total de créditos tributários</b>	<b><u>720.288</u></b>	<b><u>100.453</u></b>	<b><u>820.741</u></b>
<b>Obrigações fiscais diferidas:</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:</b>			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	-	-	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(186.395)	(36.463)	(222.858)
<b>Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias</b>	<b><u>(186.395)</u></b>	<b><u>(36.463)</u></b>	<b><u>(222.858)</u></b>
<b>Líquido</b>	<b><u>533.893</u></b>	<b><u>63.990</u></b>	<b><u>597.884</u></b>

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

**15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS**

	2019	2018
Obrigações com grupos de consórcios/consorciados (i)	185.813	111.574
Provisão de valores a devolver a consorciados (ii)	-	24.203
Provisão para comissões a pagar (iii)	53.284	31.032
Provisão para riscos cíveis (nota 17a)	36.350	36.976
Provisão para riscos trabalhistas (nota 17a)	25.171	27.070
Credores por antecipação de valor residual (nota 8c)	397	239
Credores diversos – país	15.335	8.501
Valores a pagar de despesas com pessoal	32.499	34.171
Valores a pagar para sociedades ligadas (nota 28e)	4.455	1.372
Valores a pagar a fornecedores diversos	19.161	19.230
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (8j)	984.864	1.573.754
Cotas Seniores – FIDC	401.692	402.166
Outros	4.336	6.411
Total	1.763.357	2.276.699
Passivo circulante	1.258.005	1.554.564
Exigível a longo prazo	505.352	722.135

- (i) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$ 85.089 (R\$39.849 em 2018) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução. Referem-se às obrigações com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 e junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (ii) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.
- (iii) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre venda de cotas de consórcios.

**16. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	2019	2018
Provisão para imposto sobre o lucro – corrente – IRPJ e CSLL	81.853	31.962
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 14e)	222.858	186.395
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 17a)	900.414	865.681
Outros impostos indiretos a pagar (i)	14.699	16.419
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	1.219.824	1.100.457
Passivo circulante	337.395	124.716
Exigível a longo prazo	882.429	975.741

- (i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de ISS, IRRF, PIS e COFINS R\$ 8.568 (R\$ 8.340) em 2018).

**17. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

## a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações legais:		
Contribuição social – CSLL	219.757	212.500
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	458.631	443.092
Imposto de renda – IRPJ	52.464	45.663
Programa de Integração Social - PIS	152.561	147.792
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	16.064	15.727
Outros	937	907
Total de provisões para riscos fiscais e obrigações legais	<u>900.414</u>	<u>865.681</u>
Provisão para riscos:		
Provisões cíveis (nota 15)	36.350	37.674
Provisões trabalhistas (nota 15)	25.171	27.560
Total de provisões e obrigações legais	<u>961.935</u>	<u>930.914</u>

## b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do exercício	865.681	27.070	36.976	929.727
Constituições (Reversões) líquidas do exercício	34.733	5.713	9.531	49.977
Valores pagos no exercício	-	<u>(7.612)</u>	<u>(10.157)</u>	<u>(17.769)</u>
Saldo no final do exercício	<u>900.414</u>	<u>25.171</u>	<u>36.350</u>	<u>961.935</u>
Total dos depósitos em garantia (nota 9)	<u>999.979</u>	<u>7.693</u>	<u>20.506</u>	<u>1.028.178</u>

**Obrigações Legais**

Referem-se, basicamente, às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

Para o Banco GMAC S.A., as principais teses em discussão, relacionadas a CSLL, são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.



Com relação a GMAC Administradora de Consórcio Ltda., temos:

PIS – Mandado de Segurança visando a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento).

A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir sobre a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 6.911 até a data da publicação.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

#### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2019		2018	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
<u>Causas Possíveis</u>				
Cíveis	1.467	21.728	1.454	22.227
Trabalhistas	18	3.586	58	4.554
Fiscais	248	63.849	298	104.703
Total	<u>1.733</u>	<u>89.163</u>	<u>1.810</u>	<u>131.484</u>

## 18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$ 127.558 (R\$187.199 em 2018), conforme nota 28e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações, na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos resultados de R\$ 286.289 (R\$352.490 em 2018).

**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social no montante de R\$ 2.117.609 (R\$1.864.713 em 2018) está representado por ações ordinárias R\$ 1.141.400.925 (1.141.400.925 em 2018).

**b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

Em 27 de setembro e 17 de dezembro de 2019, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$138.976 (R\$132.410 em 2018).

**c) Reservas de Lucros**

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 447.127 (R\$378.109 em 2018).

Em 30 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 252.896 (R\$176.431 em 2018) que foi homologado pelo Banco Central em junho de 2019 sem a emissão de novas ações.

**20. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram reconhecidas no resultado, receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita com operação de atacado	224.897	207.272
Receita com operação de varejo	<u>1.444.809</u>	<u>1.517.805</u>
Total	<u><u>1.669.706</u></u>	<u><u>1.725.077</u></u>

**21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” apresentava a seguinte composição no exercício:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita com taxa de administração de consórcios	183.657	174.418
Receita com prestação de serviços bancários	<u>63.687</u>	<u>61.031</u>
Total	<u><u>247.344</u></u>	<u><u>235.449</u></u>

**22. DESPESAS DE PESSOAL**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram reconhecidas “Despesas com Pessoal”, conforme demonstrado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com proventos	68.561	59.979
Despesas com encargos sociais	29.402	25.554
Despesas de benefícios	24.865	19.409



Outras	420	542
Total	<u>123.248</u>	<u>105.484</u>

**23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões pagas às concessionárias (nota 10b)	160.636	158.236
Comissões sobre cotas de consórcio	153.357	79.370
Sistemas de processamento de dados	22.618	26.029
Serviços técnicos especializados	39.438	44.629
Propaganda e publicidade	18.420	15.850
Sistemas de comunicação	9.933	10.722
Serviços prestados de terceiros	21.138	20.447
Despesas com sistema financeiro	19.194	18.551
Emolumentos pagos aos cartórios	34.296	32.114
Despesas com seguros	1.274	1.163
Amortizações e depreciações	4.133	3.281
Outras	<u>27.610</u>	<u>22.063</u>
Total	<u>512.047</u>	<u>432.455</u>

**24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a compensar (i)	33.724	36.224
Recuperação de despesas	11.313	2.292
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	9.907	14.349
Receita de multas e juros	3.303	3.639
Resultado na venda de bens não de uso próprio	8.274	11.451
Outros	<u>2.625</u>	<u>4.573</u>
Total	<u>69.146</u>	<u>72.528</u>

(i) Refere-se à correção dos depósitos judiciais e impostos a compensar pelos índices e taxas as quais estão sujeitos.

**25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	29.837	29.462
Varição monetária e juros passivos (i)	8.025	6.720
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	25.001	24.245
Despesa com cobrança	26.690	28.406
Despesa com incentivo cultural	4.725	2.700
Despesas com multas e juros	334	1.188
Outras	<u>2.303</u>	<u>3.803</u>



Total	<u>96.915</u>	<u>96.524</u>
-------	---------------	---------------

- (i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver aos consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

## 26. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$ 78.571 (R\$ 89.200 em 2018).

## 27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ISS	17.814	15.914
PIS	11.294	11.075
COFINS	64.788	63.651
Outras	<u>2.500</u>	<u>2.435</u>
Total	<u>96.396</u>	<u>93.075</u>

## 28. PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

### b) Benefícios de Curto Prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva - Remuneração fixa:	3.463	3.724
Remuneração variável	2.123	1.162
Outras	<u>645</u>	<u>948</u>
Total	<u>6.231</u>	<u>5.834</u>

### c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

### d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.



## e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2019		2018	
	<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>	<u>Ativo</u> <u>(passivo)</u>	<u>Receita</u> <u>(despesas)</u>
<b>Partes relacionadas</b>				
<u>General Motors do Brasil Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 9)	22.516	-	31.885	-
Rendas de prestação de Serviços		16.661	-	15.948
Outras obrigações – Diversas (nota 15)	(4.455)	-	(1.372)	-
Rendas antecipadas de exercícios futuros (nota 18)	(127.558)	286.289	(187.200)	352.490
<u>GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(39.431)	(1.071)	(33.803)	(2.059)
<b>Empresas controladas</b>				
<u>GMACI – Corretora de Seguros S.A.</u>				
Outros créditos (nota 9)	740	-	826	-
Captações em depósitos a prazo	(148.540)	(7.517)	(114.313)	(6.185)
Receita de prestação de serviços	-	7.784	-	7.482
<b>Controladora</b>				
<u>General Motors Financial Inc.:</u>				
Outros créditos (nota 9)	2.071	-	3.028	-
Receita de prestação de serviços	-	7.263	-	6.154
<u>General Motors Investment Participações Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(10.416)	(231)	(9.192)	(120)

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

## a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (refis / anistia lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2019, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$265.706 (R\$259.540 em 2018), sendo R\$ 58.018 (R\$58.018 em 2018) de principal, R\$ 523 (R\$523 em 2018) de multas e R\$ 207.165 (R\$200.299 em 2018) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento





regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

### 30. ÍNDICE DA BASILÉIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2019 foi de 24,2%.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	59.233	11.847	948
Risco reduzido - 75%	6.647.168	4.985.376	398.830
Risco reduzido - 85%	517.173	439.597	35.168
Risco reduzido - 100%	4.010.011	4.010.011	320.801
Risco reduzido - 250%	213.044	532.611	42.609
Sub Total 1	<u>11.446.629</u>	<u>9.979.442</u>	<u>798.356</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	633.955	633.955	54.679
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	-	-	-
Sub Total 2	<u>633.955</u>	<u>633.955</u>	<u>54.679</u>
Total	<u>12.080.584</u>	<u>10.613.397</u>	<u>853.035</u>
Patrimônio de referência			2.425.760
Índice de Basileia			22,86%

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Aos acionistas e administradores do Banco GMAC S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco GMAC S.A. ( “Instituição Líder”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

### **1. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 10.832.315 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 231.722 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto:*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 17, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 961.935 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2019 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 17 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

### 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto:*

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco GMAC S.A elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações, em 06 de março de 2020.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6





**SERVIÇOS  
FINANCEIROS**

CONGLOMERADO PRUDENCIAL | Banco GMAC S.A.



**SERVIÇOS  
FINANCEIROS**

[www.chevroletsf.com.br](http://www.chevroletsf.com.br)